

## **Ata da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura**

*Dias: 23 e 24/03/2015*  
*Secretaria de Estado da Cultura*

No dia vinte e três de março, a Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura se reuniu no salão nobre da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos. A mesa foi composta por Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, e Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura.

A reunião começou com a aprovação da ata. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, pediu para que o sumário do Plano Estadual de Cultura fosse alterado para:

- 1- Introdução/Apresentação, feita pelo Secretário
- 2- Caracterização Histórica
- 3- Marcos Legais
- 4- Análise Situacional a partir das dimensões Simbólica, Econômica e Cidadã [Desafios]
- 5- Diretrizes e Prioridades
- 6- Objetivos
- 7- Ações
- 8- Metas

### **ANEXOS**

Definições  
Bibliografia

A Comissão acatou a sugestão. Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, lembrou que a Comissão pactuou na última reunião que os relatores enviariam um texto corrido sobre as dimensões para ela escrever a partir deste material o Diagnóstico. A elaboração não foi possível, pois apenas José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, cumpriu com o combinado. A analista sugeriu que o trabalho fosse feito naquele momento.

Miriam Fontana, suplente de Ribeirão Preto, indagou se o texto das minutas de Conselho e Fundo disponibilizado para o grupo era o texto final entregue ao secretário. Ela disse que muitas pessoas estão perguntando se ela não pode disponibilizar. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, pediu para que as minutas sejam colocadas no site para tornar o documento público.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, pontuou que, se a Comissão decidir divulgar o documento, a questão deverá ser levada ao secretário. O representante disse que o grupo deve apresentar à Secretaria o Plano Estadual de Cultura e depois sujeitar outras avaliações.

Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, lembrou que as minutas do Conselho e Fundo foram apresentadas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e que o secretário Marcelo Mattos Araújo já as tinha recebido. Ele disse ser contrário à divulgação do site antes da aprovação do secretário.

Henry Mascarós, titular de Araçatuba, pontuou que eles são representantes de uma região e são cobrados do andamento disso. Ele frisou que o pessoal que o elegeram quer saber o que está acontecendo independente do material final. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, explicou que a Comissão entendeu que era interessante trabalhar em cima do Sistema Estadual de Cultura, que tem dentro dele o Plano Estadual de Cultura. As minutas do Conselho e Fundo foram feitas como propostas, não como imposição. Ele argumentou com Osterno Souza, que o processo de construção das propostas de Conselho e Fundo nivelou a Comissão e por isso não considera “uma perda de tempo”.

Marcos Pardim, representante de Sorocaba, apoiou Henry Mascarós. Ele disse que os representantes foram eleitos pela sociedade e são cobrados por ela. Marcos Pardim disse que a comunidade quer saber o que a Comissão

produziu, se o jurídico da Secretaria vai acatar ou não é outra história. Ele sugeriu que as minutas do Conselho e do Fundo sejam já colocadas em consulta pública.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, propôs que a Comissão encaminhasse a votação para ganhar tempo na discussão das propostas do Plano Estadual de Cultura. Ele lembrou que a pergunta de Miriam Fontana era sobre a possibilidade de disponibilizar o material entre os pares. Já a proposta de José Pedro da Silva Neto era disponibilizar no site, uma forma mais ampla. Osterno argumentou que, se isso acontecesse, teria que consultar o secretário. Marcos Pardim lembrou de sua proposta de já colocar o material em consulta pública.

Jamil Scatena, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, explicou que para ser colocado em consulta pública antes precisa passar pelo secretário. Jamil disse ser possível colocar no site, desde que venha explícito que o documento será aberto para consulta pública posteriormente.

Raul Christiano, titular da região de Santos, contou à Comissão que no dia sete de abril ele e a Juliana Veiga dos Santos, suplente de Santos, vão participar de uma reunião da Câmara Temática de Cultura no Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista. Ele explicou que os secretários de Cultura dos nove municípios da região participarão e que eles prestarão contas do trabalho deles na Comissão. No entanto, ele considera indevido divulgar o trabalho no site e sugeriu que a Comissão parasse de perder tempo e avançasse nas discussões do Plano Estadual de Cultura. O debate acontecerá quando o Plano chegar à Assembleia Legislativa.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, pediu para retirar sua proposta e acatou a proposta de Marcos Pardim de já colocar em consulta pública. Jamil Scatena, titular da Secretaria de Estado da Cultura, argumentou que não dá para colocar em consulta pública um documento que o secretário ainda não aprovou.

Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, encaminhou a votação. A primeira proposta foi de quem era a favor da divulgação das minutas do Conselho e do Fundo. 12 pessoas foram a favor, cinco foram contrários e houve cinco abstenções.

A Comissão optou pela divulgação, então a analista encaminhou a votação de como será esta divulgação. A primeira proposta foi divulgar e abrir para consulta pública. A segunda foi a divulgação sem consulta pública. Duas pessoas foram a favor da consulta pública, 17 votaram na divulgação sem consulta pública e três pessoas se abstiveram. André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, salientou que a Comissão é contra a consulta pública neste momento, mas que é a favor da consulta pública após a finalização dos trabalhos.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, lembrou a Comissão que ele tem o registro fotográfico de todas reuniões. As imagens não foram disponibilizadas no site do Plano Estadual de Cultura porque estão pesadas e o servidor não comporta, mas disse que os interessados poderiam pegar os arquivos com ele.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu que a comissão aproveitasse a parte da manhã para unir as Diretrizes das três dimensões: Simbólica, Econômica e Cidadã. Miriam Fontana, suplente da região de Ribeirão Preto, frisou que a dimensão Econômica teve vários percalços desde o início. Começou com a relatoria da Débora Bergamini que não continuou, depois passou para o Luciano Dami, que não veio pela segunda vez. Ela disse que o grupo teve várias interrupções e que precisaria conversar para terminar os objetivos.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu que todas as dimensões encaminhassem o texto para a analista Lívia Andrade que fará a redação final do Diagnóstico para o crivo da Comissão no último encontro do grupo.

A Comissão decidiu pela leitura das Diretrizes de todas as dimensões. José Pedro da Silva Neto começou a leitura das Diretrizes da dimensão Simbólica. Os membros da Comissão divergiram sobre a redação aonde constava: “Fortalecer a dimensão simbólica da cultura promovendo-a e protegendo-a, com suas infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades”.

Amilson Godoy, titular de Música, pediu a inclusão da palavra “artes” e foi apoiado pela maioria. A redação ficou da seguinte forma: “Garantir e fortalecer a dimensão simbólica da cultura promovendo-a e protegendo-a, com suas infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, artes, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.”

A ausência da palavra “artística” também foi apontada na seguinte Diretriz: “Realizar o mapeamento, em âmbito estadual, das expressões e manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop e tradicionais, de forma integrada ao Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), levando-se em consideração as particularidades de cada ‘povo’ e ‘comunidade’ para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões referente às políticas públicas”.

Os membros da Comissão decidiram pela inclusão da palavra “artística” que estava omissa. A redação ficou da seguinte forma: “Realizar o mapeamento, em âmbito estadual, das expressões, dos patrimônios, das linguagens e manifestações artísticas, das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop e tradicionais, de forma integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), levando-se em consideração as particularidades de cada ‘povo’ e ‘comunidade’ para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões referentes às políticas públicas”.

Miriam Fontana, suplente de Ribeirão Preto, pediu que o trecho “das linguagens e manifestações artísticas” fosse colocado em todo documento aonde aparecer “das expressões e manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop e tradicionais”. O grupo concordou.

Osni Ribeiro Júnior, suplente indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, ressaltou que José Pedro mesmo deu a solução ao dizer que nas metas haverá espaço para detalhamento. Ele sugeriu deixar esta parte da apresentação da dimensão Simbólica de forma mais abrangente: “culturas populares, tradicionais, contemporâneas, as linguagens artísticas” e o detalhamento vem lá na frente. Não precisa estar em todo lugar escrito quilombola, cigano, hip hop, etc.

A Comissão não chegou a um consenso e José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, encaminhou a votação. A primeira proposta era de tirar a palavra hip hop do texto. A segunda proposta era de manter a palavra hip hop. Cinco foram a favor de retirar, 12 foram a favor da manutenção e três se abstiveram.

Na Diretriz “Fortalecer a transmissão do conhecimento, dos saberes e práticas das ‘mestres’, ‘povos’ e ‘comunidades’ tradicionais entre as diferentes gerações”, Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, propôs colocar “mestras e mestres” no lugar de “mestres”. Raul Christiano, titular da região de Santos, discordou e argumentou que é tão estranho quanto falar “presidenta”. José Pedro Neto, suplente de Cultura Popular, foi a favor de Veguinaldo Rodrigues e disse que, ao colocar mestras, você reforça a luta por igualdade de gêneros. A Comissão acatou.

\*\*\*\*\*

Após o almoço, Marília Bonas Conte, titular de São Paulo Capital, fez a leitura das Diretrizes da dimensão Cidadã. Os membros do grupo fizeram pequenas sugestões de ajustes no texto, que foi facilmente aprovado. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse ter sentido falta da cidadania cultural dentro da dimensão Cidadã. Marília informou que este ponto está dentro de estratégia e José Pedro pediu para o grupo pensar um pouco mais e formular uma Diretriz por ser um tema tão relevante.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, prosseguiu com a leitura da dimensão Econômica. André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, defendeu a descentralização das políticas culturais. Davidson Panis Kaseker respondeu dizendo que o assunto será contemplado nas metas. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, argumentou que a descentralização deveria ser uma Diretriz e o detalhamento, como fazer, seria explicado nas metas. A nova redação ficou da seguinte forma: “Descentralizar a gestão e as ações das políticas culturais da Secretaria de Estado da Cultura”.

Osni Ribeiro Júnior, suplente indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, disse que, a partir do momento que funcionar o Sistema Nacional, a descentralização das ações estará nos municípios e será feita pelo Conselho e Fundo Municipais, que receberão recursos dos fundos Estadual e Federal.

No final da leitura, o grupo manifestou a falta de uma “Diretriz Mestre” sobre ampliar o orçamento da Cultura. Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, argumentou que esta diretriz já consta na dimensão Cidadã da seguinte forma: “Ampliar o investimento em Cultura e aperfeiçoar os mecanismo de financiamento”. Davidson Panis Kaseker,

titular do SISEM, colou um asterisco para puxar esta Diretriz para a dimensão Econômica no momento de consolidar todas dimensões.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, propôs inserir a seguinte Diretriz após a consolidação: “Combater todas as formas de discriminação, preconceito e intolerância.” O representante sugeriu que o detalhamento do Plano Estadual de Cultura com as metas venha em anexo, que o documento a ser encaminhado à Assembleia seja o Sistema Estadual de Cultura de forma enxuta.

Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, sugeriu que enquanto ela e mais alguém trabalhasse na unificação das Diretrizes, a Comissão se dividisse novamente por dimensões para trabalhar objetivos e metas. Ela e José Pedro da Silva Neto trabalharam na junção das Diretrizes, enquanto os demais elaboravam objetivos e ações.

A mesa foi composta por Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, e José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular. O representante começou a leitura das Diretrizes para junto com a plenária unir todas aquelas que tratam do mesmo tema.

O primeiro tema que foi unido foi em relação ao mapeamento. Celso Aguiar Costa Júnior, titular de Presidente Prudente, pediu que os municípios fossem colocados, uma vez que se o município não faz seu mapeamento, como ele vai contribuir para o âmbito Estadual e Federal. A redação ficou assim: “Realizar e manter atualizado o mapeamento, no âmbito do Estado e municípios, das expressões, dos patrimônios, das linguagens e manifestações artísticas, das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop e tradicionais, de forma integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), levando-se em consideração as particularidades de cada ‘povo’ e ‘comunidade’ para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões referentes às políticas públicas”.

José Pedro da Silva Neto lembrou que, no momento das metas, seria interessante colocar uma específica para isso. Por exemplo: Criar um banco de dados em 60 municípios do Estado de São Paulo até tal ano. A próxima Diretriz foi um banco de dados relativo a investimentos. Este ponto foi levantado por Miriam Fontana, suplente de Ribeirão Preto, que lembrou que, quando a Comissão conversou sobre PROAC ICMS, não havia informação de quantos projetos tinham sido aprovados, quantos tinham sido utilizados, em que local, onde a empresa estava localizada, etc. O texto ficou assim: “Criar e manter atualizado um banco de dados relativo a investimentos em políticas culturais, programas, projetos e ações dos órgãos públicos estaduais e municipais, bem como as despesas de gestão, e promover sua acessibilidade”.

A Comissão conseguiu sintetizar as Diretrizes de todas as dimensões e fechou a reunião com o propósito de trabalhar os objetivos no dia seguinte.

\*\*\*\*\*

No dia vinte e quatro de março, a Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura se reuniu no salão nobre da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos. A mesa foi composta por Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, e Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura.

A analista disse que o plano para aquele momento era trabalhar os objetivos de cada Diretriz com toda a plenária. Ela lembrou que as dimensões Simbólica e Cidadã estavam com os objetivos mais adiantados. André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, pediu que fosse feita uma leitura do todo antes de partir para os objetivos.

A Comissão aprovou a sugestão e a analista prosseguiu com a leitura. Na Diretriz que trata sobre a descentralização da gestão, André da Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, perguntou a Osterno Souza qual era a dificuldade na descentralização. Osterno Souza disse não estar falando pela Secretaria de Estado da Cultura, mas como gestor. Ele frisou que a gestão descentralizada é problemática por causa da lei da Responsabilidade Fiscal. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, disse entender que não é um ponto de vista da Secretaria, mas um clamor nacional no sentido do Estado buscar a eficiência e não ter um corpo carregado e caro de carregar. Dentro de um

organograma funcional, a recriação das antigas secretarias de Cultura não acrescentaria por ser uma instância não deliberativa, que funciona como despachante regional.

André da Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, respondeu que concorda com Davidson quando ele diz que não há mais delegacias, mas perguntou se as oficinas culturais não seriam braços do Estado no interior. André disse que o grupo estava se prendendo a um modelo do passado, de delegacias, que não deu certo. Ele disse que, quando fala de descentralização, não está falando em repetir estes modelos, mas em pensar como será feita esta descentralização.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse que a descentralização não se resume à questão capital x interior. Ele deu o exemplo da UPPH e Condephat, que não tem no seu quadro um gestor, nem mesmo um funcionário para desenvolver as questões do patrimônio imaterial no Estado de São Paulo. A UPPH e Condephat poderiam descentralizar a gestão e fazer algum tipo de acordo ou contrato com uma Universidade Pública para desenvolver o processo de inventário e registro do patrimônio imaterial do Estado de São Paulo. Outro modelo de descentralização é o Sistema Estadual de Museus e também as OSs.

Beatriz Maria Vianna Rosa, titular de Campinas, levantou o desejo de não mais falar de descentralização, mas de interiorização, uma leitura que compreenda o Estado como um complexo de multi apreciações, que aponta a grande dificuldade do Estado centralizado na capital abarcar determinados territórios. Nós estamos falando de 645 municípios, não ter a responsabilidade da gestão não cria este pensamento e as condições do município debater com a capital. Esta participação é fundamental se a Comissão quer que eles tenham um sentimento de pertencimento a uma realidade cultural do Estado.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, disse à Comissão que o grupo precisa pensar mais. Ele se colocou a favor de inovações, mas se mostrou preocupado com sugestões que são impeditivas porque esbarram na lei de Responsabilidade Fiscal.

Beatriz Maria Vianna Rosa, titular de Campinas, disse que o grupo precisa pensar que o Plano é algo para dez anos e há necessidade de se pensar nas formas viáveis de descentralização. A representante salientou que talvez seja preciso repensar a lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela tem se tornado uma armadilha, a maior desculpa que a administração pública dá a todas as tentativas de alteração e progresso das coisas.

Beatriz Maria Vianna Rosa chamou à atenção do grupo na 15ª Diretriz. Ela disse que em alguns lugares estamos distinguindo arte e cultura, em outros não. Ela pediu para padronizar, para colocar arte e cultura, porque é uma discussão quem vem vindo desde o âmbito federal por meio do discurso “cultura não é só arte”. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse que, se a decisão for padronizar, seria importante colocar outras expressões, outros conceitos também incluídos em Cultura. Ele disse que a nomenclatura “afro-brasileiras, indígenas, etc.” de alguns itens provenientes da dimensão Simbólica foi retirada por estar contemplada em outros elementos.

Maurício Fonseca, observador do observador do Ceplan, disse entender que, quando se fala em cultura nesta questão de financiamento, se fala do campo da Cultura, que é algo abrangente. Beatriz Maria Vianna Rosa disse concordar e pediu a supressão: “Universalizar o acesso à cultura” e não “(...) às artes e à cultura”. Se a gente distinguir, a gente traz à tona um discurso que já acontece na prática e que é atual. Ela disse que cabe especificar dentro do documento, o que está dentro de cultura.

André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, disse que esta discussão vem desde o início da Comissão. Sempre houve uma ideia de reforçar as manifestações da cultura popular e uma negação da arte. Por isso a importância de colocar “(..) às artes e à cultura”. Ele disse que a discussão não está superada para o termo ficar ausente do documento. Ele pediu a permanência do termo, embora em alguns lugares e em outros não, até chegar o momento desta questão estar superada.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse concordar com a fala de Beatriz Maria Vianna Rosa e explicou que há dois lugares que esta definição poderia ser colocada: no texto de diagnóstico e nos anexos na parte de definições. O representante concordou com a fala de André Silva dos Santos de deixar a “às artes” como está na 15ª Diretriz.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, sugeriu mais uma Diretriz: “Criar e realizar fóruns permanentes comunitários, municipais, regionais e Estadual para discussão e avaliação de políticas públicas de Cultura, acompanhamento da implementação dos sistemas de Cultura e controle social dos recursos de Cultura”.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, argumentou que a proposta de Davidson era meta e não Diretriz, por ele estar dizendo como fazer. Lívia Andrade sugeriu que fosse uma meta da sétima Diretriz e o representante acatou.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, pediu que haja um reordenamento das Diretrizes, porque há temas mais próximos que está numa ordem mais distante. Por exemplo, “A ampliação do orçamento da Cultura deveria ser o primeiro”. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu que a primeira seja a 20ª, porque o dinheiro sem a 20ª não é nada. Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, sugeriu que este reordenamento seja feito na leitura final.

Na sequência, Lívia Andrade e José Pedro da Silva Neto começaram a juntar os objetivos das três dimensões em um mesmo documento, enquanto o restante do grupo – dividido por dimensões – trabalhava em cima das metas. Após o almoço, a mesa foi composta por Lívia Andrade e José Pedro da Silva Neto que fizeram a leitura dos objetivos.

Na sétima Diretriz, “Descentralizar a gestão e as ações das políticas culturais da Secretaria de Estado da Cultura”, Maurício Fonseca, observador Cepam, pediu para acrescentar o seguinte objetivo: “Promover e apoiar a instituição dos Sistemas Municipais de Cultura”, a sugestão foi acatada pela Comissão.

Carlos Camilo Mourão Júnior, titular de Patrimônio, também pediu que fosse inserido um objetivo sobre o fomento das instituições municipais de Patrimônio, algo que estimule os municípios a criar uma legislação própria para preservação. Lívia Andrade indagou se proposta não entraria como um detalhamento (meta) do objetivo proposto por Maurício Fonseca. Carlos Camilo Mourão Júnior disse não saber. Ele explicou que o Sistema Municipal de Cultura pode ou não contemplar o patrimônio e há o Sistema Nacional de Patrimônio. No entanto, o município pode não ter aderido ao sistema.

André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, salientou que a sétima Diretriz sofreu uma alteração grande no dia anterior, quando não constava a ideia de descentralizar a gestão. Ele disse que os objetivos não refletem a discussão sobre os braços e as ações da Secretaria nas regiões. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, argumentou que o objetivo 7.2 “Garantir instâncias de governança participativa nos processos decisórios da gestão cultural” é a resposta que a dimensão Econômica deu ao desafio da descentralização.

O representante de São José dos Campos pediu que Davidson Panis Kaseker esclarecesse como o objetivo refletia a questão levantada por ele, que é a necessidade da Secretaria de Estado da Cultura estar nas regiões do Estado. Ele indagou se as “instâncias de governança” irão cumprir esta função. O titular do SISEM explicou que o conceito é abrangente e permite a construção de vários modelos. O modelo dos museus é um deles. Não necessariamente criar órgãos ou desdobramento de órgãos estaduais para exercer esta descentralização.

André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, disse que entende que não há garantia desta “governança” com a ideia de regiões administrativas. Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, perguntou ao representante se esta “especificidade” não entraria em metas. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, reforçou que a ideia de André seria meta e poderia aparecer como: “Criar 17 diretorias nas 17 regiões administrativas nos próximos sete anos”.

Carlos Camilo Mourão Júnior, titular de Patrimônio, voltou à discussão dos Sistemas Municipais e da legislação de patrimônio. Ele disse acreditar que uma meta para isso seria uma meta numérica do tipo “Daqui dez anos, 50% dos municípios paulistas deve ter legislação do patrimônio”. A Comissão decidiu por inserir “sistemas setoriais” depois de “colegiados” no objetivo 7.2, que ficou assim: “Consolidar as conferências, fóruns, conselhos, colegiados e sistemas setoriais e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais”. Carlos Camilo Mourão Júnior acatou a decisão.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, comunicou à Comissão que conversou com o secretário Marcelo Mattos Araújo e o avisou que será publicado no site do Plano Estadual de Cultura os trabalhos

desenvolvidos até aqui pela Comissão. O secretário foi informado sobre a conclusão dos trabalhos e aceitou participar do evento no dia vinte oito de abril, à tarde, para entrega oficial do Plano Estadual de Cultura.

No objetivo 8.1, “Promover a comunicação, difusão e produção de valores culturais, por meio do rádio, tv, internet, revistas e jornais que circulem com valores que simbolizam a cultura regional de seu povo”, Maurício Fonseca, observador do Ceplan, pontuou que o objetivo está muito focado na comunicação. Ele disse que a Diretriz precisa de mais objetivos que deem conta da produção, fruição e circulação, não apenas da comunicação.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu deixar marcado em outra cor no documento, por considerar que esta questão está contemplada em outros objetivos. Na nona Diretriz, José Pedro comentou "atenção companheiro da rádio comunitária de Palestina é neste item que podemos contemplar a questão da mídia social", Hadailton Teixeira, representante de São José do Rio Preto, disse que o texto sugerido neste item foi feito por ele com ajuda de seu grupo, a Comissão decidiu por desmembrar o objetivo em dois: “9.1 Desenvolver políticas públicas apropriadas para os praticantes das expressões, dos patrimônios, das linguagens e manifestações artísticas, das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop e tradicionais e 9.2 Qualificar as instituições públicas e da sociedade civil para garantia de participação e acesso as políticas públicas”.

Gabriel Guedes Rapassi, suplente da região de Campinas, ressaltou que a 10ª Diretriz fala de “visibilidade e o objetivo deveria ser promover as manifestações culturais do Estado como referência simbólica. Quando a catira não tem visibilidade, ela não é referência simbólica de identidade, não tem moleque querendo fazer catira, ela não é referência simbólica daquela localidade.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, argumentou que a proposta de Gabriel Guedes Rapassi pode ser meta, porque lá em cima, ao tratar da dimensão Simbólica, são colocadas todas estas questões do modo de vida, de povos e de identidades. Ele disse considerar este debate da institucionalização de um símbolo por meio do Estado complicado. Isso pode ser muito bacana e pode também não ser. Nesta institucionalização, você pode reconstruir uma cadeia produtiva neoliberal de maneira feroz.

Carlos Camilo Mourão Júnior, titular de Patrimônio, sugeriu substituir o termo “identidade” por “reconhecimento e pertencimento”, porque é importante quando uma comunidade se identifica e se reconhece em algum símbolo. A ideia é boa, só estamos patinando na redação.

Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, perguntou à Comissão qual seria a decisão da plenária: inserir ou não como segundo objetivo da 10ª Diretriz “Fortalecer o sentimento de pertencimento”.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, argumentou que dá para qualificar em outra Diretriz ou criar um outro objetivo para fortalecer a questão da circulação com uma escrita melhor sem colocar “sentimento de pertencimento”. Ele se explicou dizendo que em São Paulo há um grupo ligado aos neonazistas que tem um “sentimento pertencimento” local. Nós temos pelo Estado afora grupos locais institucionalizados racistas, misóginos. Nosso conceito de cultura é antropológico, ou seja, a cultura neonazista também é cultura, mas é uma cultura que eu abomino, execro.

Henry Mascarós, titular de Araçatuba, lembrou a José Pedro que a primeira Diretriz do Plano será “Combater todas as formas de discriminação, preconceito e intolerância” para breçar estas possibilidades. Ele argumentou que o “sentimento de pertencimento” não irá alcançar este pessoal. A Comissão decidiu pela seguinte redação: “10.2 Valorizar e fortalecer o sentimento de pertença das linguagens artísticas e expressões culturais locais”.

Nos objetivos da 13ª Diretriz, André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, ressaltou que há uma concentração muito grande do orçamento da cultura na capital. Ele sugeriu um objetivo sobre a descentralização da aplicação dos recursos. Marcos Pardim, representante de Sorocaba, sugeriu o seguinte texto: “garantir que o financiamento e o fomento da cultura sejam equânimes em todas as regiões administrativas do Estado”.

Carlos Camilo Mourão Júnior, titular de Patrimônio, manifestou a preocupação quanto à sugestão de Marcos Pardim. Ele considera que é importante separar o que é fomento e o que é custeio. Ele lembrou que há uma concentração

cultural de equipamentos culturais em determinadas regiões que demandam um custeio maior que tem de ser atendido. Beatriz Maria Vianna Rosa, titular de Campinas, sugeriu a seguinte redação: “descentralizar os recursos e sua distribuição pelo Estado”. O texto final ficou assim: “Garantir a descentralização e distribuição dos recursos financeiros no Estado de São Paulo”.

Nenhum objetivo foi proposto para 14ª Diretriz. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu colocar o texto em outra cor e depois voltar para construir o objetivo.

No primeiro objetivo da 15ª Diretriz, Beatriz Maria Vianna Rosa salientou sua preocupação com o trecho de “ampliar os espaços culturais existentes no Estado de São Paulo” por se tratar de espaço físico. Ela sugeriu colocar “garantindo a ocupação cultural continuada e o contato das pessoas às culturas” depois de “Secretaria de Estado da Cultura”. A redação ficou assim: “Desenvolver e ampliar os espaços culturais existentes no Estado de São Paulo, inclusive os da Secretaria de Estado da Cultura, garantindo a ocupação cultural continuada e o contato das pessoas às culturas”. André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, sugeriu o terceiro objetivo para 18ª Diretriz: “Garantir a descentralização e a distribuição dos investimentos”.

Carlos Camilo Mourão Júnior, titular de Patrimônio, sugeriu a seguinte redação para o segundo objetivo da 18ª Diretriz: “18.2 Garantir recursos para o financiamento adequado e satisfatório das singularidades e complexidades do campo cultural”. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse considerar o objetivo pervertido, porque o trecho “financiamento adequado e satisfatório” institucionaliza o balcão, exatamente o que deve ser extinto.

A Comissão decidiu por deixar a discussão sobre entrar ou não o objetivo 18.2, bem como os objetivos da 19ª Diretriz para a próxima reunião. Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, lembrou que nos encontros de abril a Comissão terá que passar o pente fino no Plano Estadual de Cultura como um todo. Ela pediu à dimensão Econômica, que ainda não enviou o diagnóstico, que envie para ela escrever o diagnóstico consolidado das três dimensões.

A Comissão estipulou que até o dia sete de abril os membros enviariam as metas para os sistematizadores e eles encaminhariam para a analista. Quem não cumprir o prazo não terá as metas incluídas no Plano.

Marcos Pardim, representante da região de Sorocaba, propôs uma moção de repúdio ao fechamento das Oficinas Culturais e Cepam. O conjunto da Comissão encaminhou a votação e todos foram favoráveis.

Eu, Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, redigi a presente ata.